

Acordo com FMI trará poucos recursos

BRASÍLIA — Se o Governo conseguir acertar um miniacordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), com uma programação de metas econômicas para no máximo oito meses, prazo que falta para a mudança do Governo, o País conseguirá ter acesso a recursos do Fundo, Banco Mundial e bancos comerciais, embora em volumes definitivamente menores. Mais do que a mudança de Governo, o que poderá impedir um acordo com o FMI é a ameaça de hiperinflação, na avaliação de importante assessor da área econômica.

A perspectiva de que o País chegue a um acordo com o FMI está cada vez mais remota. Se a diretoria do Fundo comunicar oficialmente ao Governo brasileiro que vai aguardar a mudança de Governo para retomar as negociações, a informação não será divulgada com alarde pelo Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega.

Faz parte da estratégia do Governo ir protelando essa situação até a substituição do Presidente José Sarney, em 15 de março de 1990, numa administração corpo a corpo da economia.

A maior dificuldade para a definição de uma programa econômico junto ao FMI é a própria ortodoxia da instituição, com uma cartilha restrita que não permite concessões em função de mudanças econômicas resultantes de atos políticos, tais como o aumento em 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB) dos gastos públicos, em consequência dos encargos sociais criados pela Constituição.

Antes mesmo da definição pelo FMI com relação a um acordo ou não com o atual Governo, a área econômica já iniciou negociações junto ao Japão para tentar ter acesso aos desembolsos do volume global de US\$ 1,5 bilhão do Fundo Nakasone.